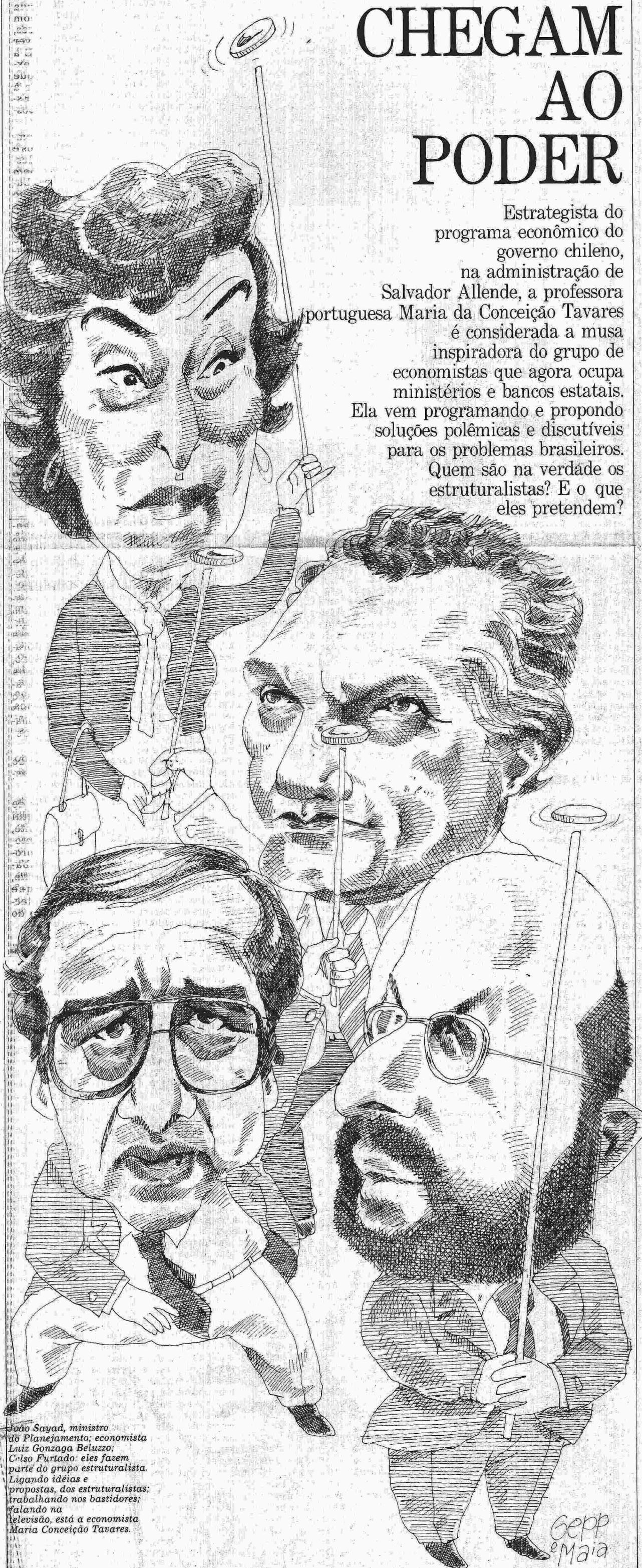


OS ESTRUTURALISTAS CHEGAM AO PODER

Estrategista do programa econômico do governo chileno, na administração de Salvador Allende, a professora portuguesa Maria da Conceição Tavares é considerada a musa inspiradora do grupo de economistas que agora ocupa ministérios e bancos estatais. Ela vem programando e propondo soluções polêmicas e discutíveis para os problemas brasileiros.

Quem são na verdade os estruturalistas? E o que eles pretendem?



João Sayad, ministro do Planejamento; economista Luiz Gonzaga Beluzzo; Crisóforo Furtado: eles fazem parte do grupo estruturalista. Ligando idéias e propostas, dos estruturalistas, trabalhando nos bastidores; falando na televisão, está a economista Maria da Conceição Tavares.

Há pouco mais de três anos, a economista portuguesa Maria da Conceição Tavares, estrategista da Unidade Popular do presidente Salvador Allende, que culminaria com uma inflação de 1.000%, lançava as bases de um programa de salvação nacional para o Brasil. Em sua plataforma, sob o título **A Economia Política da Crise**, editada pelo Ierj (Instituto de Economistas do Rio de Janeiro), a professora que divide com Celso Furtado a liderança do chamado grupo estruturalista da economia, estabelecia três tarefas básicas para seus companheiros de jornada. Dizia ela:

1ª tarefa — "... à conquista de maior espaço político no nível da administração de governos local, municipal e estadual. Estas instâncias, apesar de extremamente debilitadas em sua autonomia, são sedes potenciais para o exercício do teste democrático do poder. Recuperar o caráter público destas instâncias, administrá-las a favor do povo dá à questão do uso dos recursos um conteúdo inexoravelmente concreto e imediato. Nesta instância, todos os conhecimentos profissionais podem ser testados em sua dimensão social e em sua capacidade operativa. Neste nível, não cabe maior reflexão ou transcendência ideológica. A possibilidade de ampliação do nível de organização política e de seu possível efeito transversal passa pela prática e não apenas pela ideologia e pela retórica".

2ª tarefa — Conquista dos meios de comunicação: "Trata-se basicamente de uma atividade formadora de opinião. Nesta, até que os economistas e demais técnicos tem-se desempenhado razoavelmente".

3ª tarefa — Identificação das rupturas: "Finalmente, o terceiro nível diz respeito a uma visão estrutural do funcionamento da economia e identificação dos nexos de ruptura, de molde a visualizar alternativas de distintas articulações estruturais possíveis".

Não foram necessários mais de três anos para que, afinal, os estruturalistas da economia chegassem ao governo. Tal como havia proposto dona Conceição, as tarefas preliminares para a conquista do poder foram cuidadosamente executadas.

Primeiro, foram alcançadas as administrações municipais e estaduais mais importantes do País. Depois, os meios de comunicação e basicamente a televisão se mostraram permeáveis a esta atividade formadora de opinião. Finalmente, foram identificadas as necessárias rupturas. Durante anos a fio, a professora Conceição foi, por exemplo, uma presença constante na televisão e nos jornais, além de eminência parda em cada universidade brasileira.

Agora os chamados "Conceição boys", ou como ela gosta de dizer "meus rapazes", dominam quase todos os espaços da economia. Ela própria declara aos jornalistas que não está no Ministério porque não quer, mas sente-se representada por seus discípulos, gente de grande sensibilidade social. De fato, não são as idéias polêmicas de Conceição que a privam das moradias ministeriais, mas provavelmente sua nacionalidade portuguesa, nos termos da atual Constituição.

Mas, se a professora não se encontra no Ministério, isto não significa que esteja afastada do poder. Atualmente, cabe a dona Conceição o complexo trabalho de reformar o sistema brasileiro de habitação. Aliás, a professora é reconhecida por seu ecletismo. No auge do autoritarismo, por exemplo, ela não encontrou nenhuma dificuldade para ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro como professora titular. Enquanto muitos professores opositores eram cassados e alguns, inclusive, viam-se obrigados a deixar o País, a professora não encontrou vetos para chegar à UFRJ.

Um dos favoritos de Conceição, o ministro João Sayad, foi o primeiro a chegar ao poder, escalando a Secretaria do Planejamento. Tal como a ideólogica, o ministro considera que déficit público não tem muito que ver com inflação. Ainda agora está insistindo em que não haverá cortes do déficit público e que os desequilíbrios nas contas do governo serão solucionados através dos aumentos de impostos e das tarifas dos serviços públicos. Um dos mais importantes economistas do PMDB, Sayad pratica a doutrina estruturalista totalmente descompromissada com o controle da inflação. Habil no jogo de cintura que se pratica nos corredores palacianos, o ministro parece não gostar do pluralismo na distribuição do poder, tal como desejava o presidente Tancredo Neves. Não descansou enquanto não expeliu do procênia econômico o ministro da Fazenda e a turma competente do Banco Central.

As prioridades sociais

Do mesmo modo que dona Conceição, o ministro Sayad pratica a chamada retórica social. Como enfatizou aos jornalistas, seu projeto de orçamento para 1986 foi marcado pelas "prioridades sociais". Infelizmente para os pobres, trata-se de mero discurso sem muita valia. Pois, para exemplificar, no orçamento se encontra uma despesa de Cr\$ 35 trilhões para subsidiar a mesa do rico e o pão do pobre. E o famoso subsídio do trigo, que, co-

mo todo subsídio generalizado, traz embutido em si o pecado capital da injustiça, porque sabidamente beneficia de forma indiscriminada pobres e poderosos. Aos primeiros dá o pão; aos ricos subsidia as tortas e o biscoito.

Quanto à educação, vamos gastar Cr\$ 36 trilhões, alguns centavos a mais do que empenhamos no subsídio ao trigo, ou muito menos que 10% da despesa, que é o que gastam países nitidamente capitalistas, como a Coreia do Sul, onde as crianças desfrutam de 100% de escolaridade.

Enfim, a Nova República, tal como a velha, vai gastar em 1986 com o trigo, bolos e biscoitos, uma cifra equivalente a que empenha com a educação, vital instrumento de distribuição efetiva de renda, fonte de crescimento econômico e investimento em precioso capital humano.

Mas este não é o único paradoxo estruturalista. Ai está a tolerância desses economistas, em sua maioria originários do PMDB, com o inexorável avanço da inflação. Na retórica, na mera valia das palavras, esse grupo neomarxista levanta a bandeira da prioridade social. Mas como atuam, na prática, ao preservar a inflação em seus maiores patamares? Simplesmente impondo aos mais pobres um imposto diário de quase 0,5% em suas rendas, para usarmos os intoleráveis limites inflacionários de agosto: 14%. Como os ricos e os bem-informados têm disponíveis instrumentos de indexação de seus ativos — o open, o block, o ouro, etc., aos mais pobres cabe carregar a cruz da inflação.

Aplicando o "modelo"

Conhecidos por sua hostilidade ao pluralismo, os estruturalistas dominam atualmente todos ou quase todos os escalões da economia. Seja nos ministérios, em Brasília, no estratégico Banco Central, ou no poderoso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), não se fala em outra coisa senão num modelo alternativo de desenvolvimento.

Um dos chamados "rapazes de Conceição", antigo colega meu na Cepal, o economista Antônio Barros de Castro, diz em êxtase ao *Jornal do Brasil* que "nós estamos vivendo um momento único agora: chegam ao comando da economia pessoas de grande poder econômico e sensibilidade social".

Mas Castro não está contente com isso. Acha pouco. Também aspira a todo o poder político, ou segundo Lênin o elo mais forte da corrente. Aquele elo capaz de assegurar todo o domínio da corrente. A propósito, confessa Antônio Barros de Castro com todos os efeitos e erros:

"Nós estamos vivendo um momento único, no qual assumem as rédeas aqueles que realmente têm um lastro econômico. O que me preocupa é que isto é apenas a face econômica da solução. Eu não vejo o correlativo político disto. Não vejo a rede política de sustentação. Não vejo a solidez política deste esquema. Não o acho forte no Parlamento, na imprensa, nas Forças Armadas, na opinião pública. O grande problema que se coloca agora é de construção das alianças políticas que sustentariam esta solução." (J.B., Especial, 8/9/85)

Em outras palavras, os estruturalistas da economia, os "rapazes de dona Conceição", aspiram agora ao poder total, tal como alcançaram no Peru e no Chile pouco antes da queda de Allende e do general Alvarado. A história se repete. Primeiro dominam toda a economia e se mostram incapazes de controlar a inflação. Depois, irão buscar a "solução política". Isto é, o poder absoluto.

Reforma agrária

Qual o modelo que defende o grupo estruturalista que hoje se instala nos edifícios das estatais cariocas, o chamado Polígono das Bermudas, e nos sufocantes prédios que o dr. Niemeyer construiu em Brasília?

Naturalmente, como antigos estrategistas do governo Salvador Allende, os "rapazes de Conceição" que hoje rebolam nas cadeiras do BNDES têm um programa feito à imagem e semelhança da Unidade Popular Chilena. Foi, aliás, o trágico programa da UP que, embora tenha destruído a democracia chilena, projetou a professora e seus boys para as lutas do palco universitário. Como dizia Keynes, até mesmo as pessoas simples que imaginam coisas supostamente originais estão na realidade repetindo o pensamento de algum economista defunto.

Pois o programa estruturalista entre outras coisas, advoga:

a) uma ampla reforma agrária que antes de se inspirar na eficiência se comprometa com uma justa distribuição de renda, considerando-se política distributiva uma simples entrega da terra. Além disso, acena-se com uma verdadeira marcha à ré tecnológica, como explicita textualmente a professora portuguesa: "As possibilidades de escala menor e tecnologia menos intensiva em capital aumentam as possibilidades de emprego e de melhoria da distribuição da renda e da terra". (Veja, "Reflexões sobre uma proposta alternativa", obra citada.)

b) rigorosa planificação das inversões públicas e privadas.

c) uma ampla reforma urbana assim textualmente enunciada por Conceição: "Na órbita propriamente capitalista da questão urbana, localiza-se a besta negra da especulação imobiliária que torna caótica a ocupação do espaço urbano e joga por terra as melhores intenções e capacidades de planejamento físico das grandes cidades. Deste ponto de vista, a questão fundiária urbana é talvez mais grave na deterioração das condições de vida da maioria da população brasileira do que a questão fundiária rural, dada a aceleração nas últimas décadas da modificação na distribuição da população. Assim, a reforma urbana, em suas múltiplas dimensões — administrativa, política e fundiária —, tem uma dramática urgência à luz das tendências previstas".

d) organização das massas. Conceição Tavares: "É inegável que a diversificação do consumo das classes médias, o luxo, a corrupção e a distribuição desigual das rendas permitem uma geração multiforme de empregos temporários, (...) que permeiam a base da pirâmide de nossas grandes cidades. Essa massa considerável de ocupação dificilmente poderia ser convertida em emprego produtivo no sentido capitalista do termo. A única frente de expansão imaginável seria a admissão de que a maioria dessas horas de trabalho deveria ser destinada em proveito próprio, através de programas de treinamento e organização comunitária, em programas de saneamento, construção popular e saúde, de que deram exemplo histórico tantas sociedades em transição ao socialismo".

Ou seja, dona Conceição confessa francamente que aspira a introduzir no Brasil a mesma "organização comunitária" dos países socialistas, como, por exemplo, os CDRs cubanos (*Comités de Defensa de la Revolución*), que fiscalizam, administram e policiam os cubanos em cada quadra, em cada rua, e, inclusive, dentro de cada casa. Seria esta uma eficaz "rede política de sustentação"?

Problemas para soluções

Desde 1984, a balança comercial brasileira oferece expressivos saldos em conta corrente, o que se consegue tanto através da moderação das importações como via extraordinária expansão das exportações. Mas o que foi um êxito notável, o desempenho do comércio exterior brasileiro — reconhecido, aliás, por gregos e troianos — corre atualmente o risco de enfrentar inesperado confuso no meio do campo.

De fato, entre os novos e mais destacados assessores da política econômica em Brasília encontram-se os professores Manuel de Mello e Luiz Gonzaga Beluzzo, fiéis discípulos da "Economia Nova" e estruturalistas radicais. Com eles também chegam ao Ministério da Fazenda algumas propostas heterodoxas que estão deixando de cabecear em pé até mesmo os jovens socialistas do Itamaraty.

Embora defendam a moratória ao estilo Fidel Castro e tenham talento para frases de efeito do tipo "estamos empenhando o presente sem esperança de resgatar futuro", os dois gênios da Unicamp não esclarecem o que se fará de nosso setor exportador após um eventual rompimento com o FMI e o sistema financeiro internacional. Que acontecerá aos trabalhadores da indústria de calçados, siderurgia ou automóveis após rompermos com o Fundo? A pergunta é oportuna quando se considera que depois do ingresso da Hungria, Romênia e da China no FMI outros países da órbita soviética negociam seu ingresso nesta espécie de banco central universal.

Beluzzo e Cardoso também em dar o beiço na dívida interna, punindo quem em lugar de consumir usique em boates coloca sua poupança à disposição da economia. Mas seu prato de fundo talvez esteja no aumento da carga tributária, com o que desejam montar uma expedição punitiva à empresa privada que ainda resiste e aos cidadãos sugados pela ganância da voraz impostocracia. Mas o buraco negro do déficit permanece intocável, pois, como diz dona Conceição, "déficit público não tem nada a ver com inflação".

Não será demais recordar que este Programa Alternativo de Desenvolvimento, que cria problemas para as soluções, "já custou a alguns países da América Latina não apenas uma devastação em seu campo produtivo como um violentíssimo retrocesso em sua evolução política. No Chile, por exemplo, um doutor em economia, José Piñera, estimou em 11,6 bilhões de dólares — 2/3 de seu Produto Nacional Bruto — o custo financeiro do Programa da Unidade Popular, laboriosamente desenhado por Conceição Tavares, Vuskovich, Chonchol e outros professores de brilhante retórica e gorduroso currículo acadêmico. Mas o custo social do desastre chileno poderia ser definido pela pergunta que me fez em 1974 um velho senador da Democracia Cristã, René Funtealba, ante os escorregos do Palácio La Moneda: "Como foi possível que nossa vida republicana e nossos 163 anos de instituições democráticas se tenham esfumado na área?"

Nota

1/ A Economia Política da Crise, Ierj, Vozes-Achiamé, 1982